



ASSEMBLEIA GERAL FSC® 2014

Relatório sobre participação brasileira e principais resultados

7 a 14 de Setembro, Sevilha, Espanha

Introdução

Este relatório traz informações relevantes sobre a 7ª Assembleia Geral do FSC realizada em Sevilla, Espanha, constituindo-se em um primeiro documento de análise e síntese dos principais resultados deste evento para a realidade brasileira.

A cada três anos, os membros do FSC, equipe executiva e partes interessadas se reúnem para debater o futuro das florestas do mundo e das pessoas que nelas habitam – e é certo que os resultados de tais reuniões representam impactos bastante significativos no dia a dia do sistema, em todos os países – tal qual o nosso.

Daí a importância de se conhecer e avaliar tais resultados, de forma a qualificar os debates nacionais sob uma ótica integrada e autônoma.

Para fazer isso de forma mais estratégica, coordenamos o planejamento do próximo quadriênio do FSC Brasil (2015/2018) para o final deste ano de 2014 – tendo os resultados aqui expostos como um dos principais insumos desse processo.

Por isso nos referimos a este documento como “um primeiro documento”. A partir das informações aqui colocadas, pretendemos desencadear um processo de debates e reuniões entre membros nacionais para planejar um futuro do sistema FSC no Brasil mais consistente, articulado com o FSC no mundo, porém, focado nas oportunidades e ameaças de nossa realidade local.

A 7ª Assembleia

Em 2014, foi realizada a 7ª Assembleia Geral (AG) FSC, evento que marcou também a comemoração dos 20 anos do FSC no mundo.

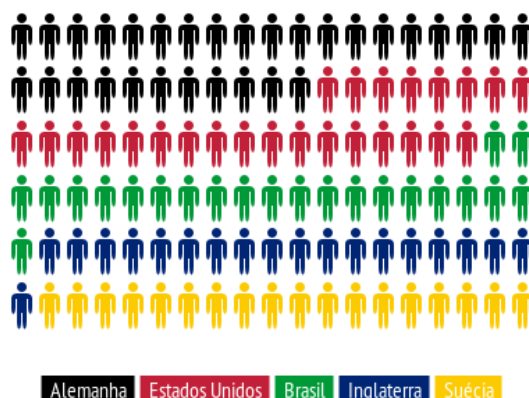
Nesta Assembleia, foram enviadas 96 moções pelos membros. Dessas, 32 foram votadas em Assembleia, sendo 19 aprovadas e 13 reprovadas. Moções são propostas enviadas

por membros do FSC sugerindo alterações estratégicas no sistema, que, uma vez aprovadas, podem inferir mudanças estatutárias, normativas e/ou em programas e projetos do FSC como um todo.

Nesta edição da AG, 537 pessoas participaram dos 7 dias de evento – um crescimento significativo em relação à Malásia, em que 405 pessoas participaram. Divididos em câmaras social, ambiental e econômica, eles participaram de *side meetings*, debates e votações. A figura a seguir traz a representatividade em termos numéricos, dos países de origem dos presentes.

Conforme mostra a figura a seguir, o Brasil foi a **terceira maior delegação nacional** presente no evento, após a Alemanha e Estados Unidos.

Ranking de países na AG



A Alemanha fica em 1º lugar, com 61 pessoas, seguido pelos Estados Unidos, com 49. O Brasil aparece em 3º lugar, com 43 participantes; atrás vem a Suécia, com 36.

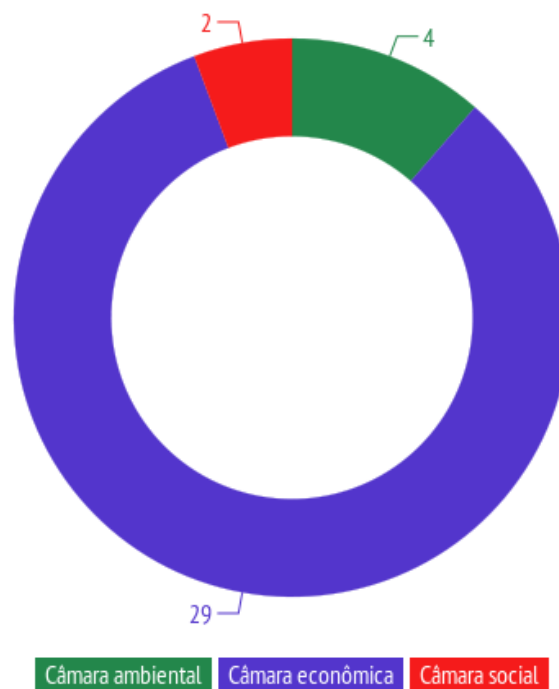
FSC® Brasil

Create infographics infoqr.am

- Participação brasileira

Representando o Brasil, 43 pessoas de todas as câmaras estiveram presentes na Assembleia, distribuídas numericamente conforme figura a seguir.

Brasileiros nas Câmaras



FSC® Brasil

Create infographics 

A câmara econômica representou assim, 85% do total de participantes, seguido de 12% da câmara ambiental e 3% da câmara social. A lista de participantes pode ser acessada pelo link (<http://br.fsc.org/download.delegao-brasileira-na-ag-2014-fsc.358.htm>).

Este número de participantes brasileiros representa um crescimento de 54% em relação ao número de participantes na Malásia. Naquela ocasião, a câmara social representava 4% dos presentes assegurando a câmara econômica peso de 96% dentre os membros.



- Participação dos escritórios nacionais

Ao longo dos oito dias da Assembleia Geral estiverem presentes 60 pessoas integrantes de 34 Escritórios Nacionais do FSC ao redor do mundo. Da America Latina, foram 7 Escritórios Nacionais e 9 representantes presentes, respectivamente: Argentina (1), Bolívia (1), Brasil (2), Chile (1), Honduras (1), Nicarágua (2) e Peru(1).

Da equipe do FSC Internacional, 51 participantes se dividiram no apoio à realização do evento, condução de reuniões paralelas e participação no evento.

Os representantes dos escritórios nacionais se reuniram no primeiro dia do evento no *Global Network Meeting*(GNM), encontro que oferece aos escritório nacionais e equipe do FSC Internacional a oportunidade de discutir questões organizacionais e compartilhar experiências, oportunidades e desafios do sistema FSC. Nesta reunião, a pauta em foco foi o processo de planejamento estratégico do FSC, especialmente à luz das alterações trazidas pela Moção 8, que versa sobre a distribuição de receitas no interior da rede de parceiros nacionais e aspectos relacionados à governança do FSC. Em especial, a Moção 8 trata dos *core services* que devem ser entregues pelo FSC aos membros, colaboração na rede, aumento da presença e fortalecimento do FSC no mundo, bem como monitoramento de impactos.

Os representantes do escritório nacionais se juntaram aos membros em sessão conjunta dedicada ao planejamento estratégico do FSC durante o dia. Após apresentação de consultoria contratada que trouxe para reflexão dos presentes alguns fatores de contexto

global que influenciam o futuro do planeta, e por conseguinte, do FSC, foi realizado trabalho em grupo para refletir sobre como o mundo afeta a estratégia do FSC, a visão de onde o sistema deve estar em 6 anos e o caminho que deve ser percorrido para o sucesso do sistema no mundo.

Para além da programação oficial, reuniões aconteceram entre FSC Brasil e FSC Internacional e/ou outros Escritório Nacionais e organizações presentes. Destacam-se reuniões sobre a continuidade do projeto de Resolução de Conflitos, de lançamento de uma Campanha de Brand Positioning no Brasil em 2015, de trabalhos conjuntos no contexto do programa de Smallholders, de mais apoio do FSC IC às ações do FSC Brasil junto ao Comitê Olímpico Rio 2016, de aprimoramento dos projetos pilotos de OCP no Brasil dentre outros.

Coordenamos ainda uma reunião com 32 parceiros nacionais para debate o fortalecimento do cargo de representante da rede no Board, atualmente ocupado por Fabíola Zerbini, Secretária Executiva. Após a Assembleia, Fernanda Rodrigues, Coordenadora Técnica, ainda participou da primeira edição do *Training of Trainers* sobre técnicas de ministrar treinamentos, formação oferecida pela Unidade de Qualidade do FSC Internacional. Ainda, no dia 06 de setembro, o FSC Brasil participou de viagem técnica ao Parque Natural dos Alconorcales, conhecendo o manejo certificado de corticeira na região de Andaluzia.

Além disso, a vasta programação de reuniões paralelas permitiu a troca de experiências e construção de entendimentos comuns acerca de temas importantes para a organização durante os eventos paralelos, resumidos a seguir.

- Side meetings

Ao total de 45 *side meetings*, dois tiveram como destaque a presença e organização de brasileiros.

Durante o side meeting “Melhorar os processos e gestão de pesticidas altamente perigosos (HHP)”, que ocorreu em 8 de setembro, o Brasil esteve presente através do apoio do





Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF). O evento foi organizado pela Timberlands Limited e abordou a extensão do prazo de derrogação, com presença do professor Carlos Wicklen, que deu um panorama do setor florestal brasileiro, alternativas e resultados práticos.

A Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) organizou, em 9 de setembro, o side meeting “Plantações de florestas certificadas: desafios e oportunidades ao redor do mundo”. Kim Carstensen, diretor-geral do FSC, foi um dos convidados, que falou sobre as expectativas da instituição sobre o tema. O professor José Luiz Stape, da Esalq, da Universidade de São Paulo (USP), também deu uma palestra sobre florestas certificadas, com base na moção 18.

O FSC Brasil teve falas pontuais em dois eventos: Resolução de Conflitos apresentando os resultados parciais do projeto de mediação, e, o FSC 2.0, apresentando projeções para o FSC nos próximos 20 anos. Participamos ainda de outros eventos que abordaram temas como: Altos Valores de Conservação (HCV), conduzido pelo The High Conservation Value Resource Network (HCVRN), da revisão da Política de Associação, HHP, revisão das normas de cadeia de custódia, OCP, implementação da política de pesticidas, Organismos Geneticamente Modificados (OGM), *Intact Forest Landscapes* (IFL) e no debate sobre padrão de cadeia de custódia ISO.

- Fórum FSC+20

Nesta edição da AG, ocorreu a primeira edição do Fórum FSC+20, um seminário de três dias que reuniu líderes governamentais, econômicos, sociais e ambientais para debater os principais desafios das nossas florestas, FSC e o futuro do planeta. Abaixo, seguem os destaques das reuniões que tiveram participações dos brasileiros.

A plenária **Florestas tropicais e a certificação como ferramenta para a manutenção destes ecossistemas** abordou o futuro das florestas tropicais, desmatamento desenfreado e como governos e líderes econômicos, ambientais e sociais podem melhorar essa realidade.

Entre os convidados, estava o brasileiro Mario Mantovani, diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica. Ele reforçou o cuidado com as florestas brasileiras e debateu a grande pressão de desmatamento sob as florestas tropicais, a degradação e contínua destruição, impulsionada pela demanda global por terras para a agricultura, pecuária, plantações de óleo de palma e celulose e mineração e outros.



“A Assembleia trouxe algo de muito positivo que devemos considerar. A votação das moções e o respeito pelas matas nativas é um grande avanço para proteger nossas matas”, afirmou o ambientalista.

Em **Investimentos: Aumento do retorno social e ambiental em florestas**, a plenária teve como foco o papel dos investidores na preservação florestal e as maneiras de medir o sucesso em longo prazo e as possibilidades de incentivar os investidores que se importam com a sociedade e meio ambiente.

Entre as palestrantes, estavam Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Ibá e Roberto Waack, membro fundador da Amata S.A. Eles abordaram os cenários de investimentos, o papel das *Timberland Investment Management Organizations* (TIMOs) e os altos investimentos em inovação, que devem ter sua dinâmica acompanhada pelo sistema FSC.

“Os representantes do Brasil tiveram a oportunidade de mostrar benefícios econômicos, ambientais e sociais das árvores plantadas e o comprometimento das empresas brasileiras com a certificação”, disse Elizabeth de Carvalhaes. “Entre os principais resultados para o País estão a ampliação do debate sobre árvores plantadas e a importância das certificações nesses plantios”.

Segundo Roberto Waack, “os brasileiros tiveram ação notável e uma das mais articuladas da Assembleia. Um grupo de profissionais que fez a lição de casa, tendo analisado moções com antecedência e se posicionado com muita consistência. Não tenho a menor dúvida de que, quanto mais forte for o FSC dos brasileiros, maiores serão os impactos sócio-ambientais e econômicos para todos nós”, afirmou.

- Moções

Das 96 moções apresentadas, 19 foram discutidas e aprovadas pelos membros, sendo elas as moções estatutárias 1, 7 e 96 e as moções políticas 11, 12, 27, 29, 36, 42, 45, 52, 58, 65, 66, 68, 71 83, 84, 88, apresentadas por tema a seguir.

Tabela 1 – Natureza das moções aprovadas

Assunto	Nº das moções	Quantidade
Transparência	45, 68, 71	3
Desempenho em campo	52, 66	2
Governança	42, 84	2
Pequenos proprietários	11, 88	2
Povos indígenas, populações tradicionais e comunidades locais.	96, 83	2
Uso da marca	29, 36	2
Alteração de P&C	7	1
Altos Valores de Conservação / IFL	65	1
Engajamento	27	1
Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM)	58	1
Reafirmação poder Assembleia	1	1
Restauração e conversão	12	1
Total		19

Transparência

Conforme a organização por tema realizada, transparência foi o assunto mais importante para os membros, considerando o número de moções que o tratam.

Os membros desejam, com a finalidade de manter a credibilidade do sistema FSC, que seja garantida a transparência e a coerência das informações públicas de avaliações e auditorias realizadas no âmbito do sistema. Isto inclui o desenvolvimento de relatórios padrão que serão utilizados por todos os organismos de certificação, para garantir a consistência na qualidade e no conteúdo dos relatórios de avaliação, excluindo informações consideradas confidenciais.

Outra questão de transparência levantada é a necessidade do desenvolvimento de procedimentos claros e documentados para a formação de comitês de gerenciamento,

grupos de trabalho, painéis de especialistas e outras Comissões *ad hoc* (doravante referidas como "grupos"), incluindo importante informações sobre a seleção dos membros do grupo e seus termos de referência aplicável a grupos de trabalho específicos que são formados, com a finalidade de melhorar a transparência destes componentes-chave do sistema FSC. Além disso, os membros pedem também que o FSC seja mais transparente na divulgação de informações relacionadas ao desempenho financeiro e das atividades da organização, bem como os resultados das auditorias externas anuais.

Com duas moções relacionadas, estão os temas desempenho de campo, governança, pequenos proprietários, Povos indígenas, populações tradicionais e comunidades locais e uso da marca.

Desempenho de campo

O tema desempenho em campo marca a preocupação com a qualificação e rotatividade de auditores para que a avaliação do cumprimento das normas do FSC seja cada vez melhor realizada, expressa nas moções 52 e 66.



O FSC é solicitado para fornecer normas e procedimentos claros para a definir o perfil de competência, formação e subsequente registro de todos os auditores do FSC. As certificadoras acreditadas pelo FSC deverão implantar um sistema de rodízio de seus auditores para que nenhuma pessoa atue como um membro da equipe de auditoria por mais de três auditorias consecutivas do mesmo titular do certificado.

Governança

O tema governança foi endereçado no bojo das moções 42 e 84. Os membros pediram que o FSC proceda uma revisão global do sistema de governança. O processo deverá ser dirigido por um grupo de trabalho com equilíbrio de



câmaras para garantir o engajamento dos membros e incluir um especialista em governança.

A revisão global deverá apresentar recomendações aos membros até o final de 2016, para apreciação na Assembleia Geral de 2017. A revisão deverá incidir na análise da capacidade de participação das câmaras social e ambiental e na definição clara dos papéis, responsabilidades, eficácia e eficiência da:

- Rede FSC e FSC Internacional;
- A Diretoria do FSC, as eleições do Conselho de Administração e os processos de votação e associação;
- A Assembleia Geral, e o processo, número, qualidade e implementação das moções trazidos para a AG;
- Painéis de especialistas, comitês políticos e grupos de trabalho.

Além disso, a revisão irá incluir explicitamente a consideração de questões levantadas pelos membros, incluindo, mas não limitado, a:

- Critérios de nomeação da comissão e procedimentos eleitorais;
- Revisão do sistema de votação do FSC, incluindo o equilíbrio entre os votos individuais e organizacionais;
- Revisão do processo de alocação da câmara e critérios de associação;
- Melhoria no processo de criação de grupos de trabalho e painéis de especialistas.

Já a moção 84 pede que o FSC desenvolva um plano estratégico global para o período de 2015-2020 a ser aplicado em todo o mundo, com o objetivo de orientar estrategicamente a tomada de decisões, investimentos e planejamento do trabalho. Este processo deverá ter duas fases:

- Uma fase de "configuração de direção", liderada pelo Conselho que define as metas e os objetivos da organização.
- Uma fase de "habilitação", liderada pela Secretaria, que permite o cumprimento da orientação estratégica.

Os membros deverão ser efetivamente consultados e envolvidos em todo o processo.



Pequenos Proprietários

A moção 11 diz que o FSC deverá definir como alta prioridade em seu planejamento estratégico, o desenho e a implementação de uma abordagem nova e inovadora para enfrentar os atuais desafios que os pequenos proprietários precisam lidar. Reconhece-se que, além dos esforços existentes, como a certificação para áreas pequenas e de manejo de baixa intensidade (SLIMFs), ainda há questões importantes que impedem a efetiva aplicação e impacto para os pequenos proprietários. Esta nova abordagem deve contribuir para aumentar a certificação e o envolvimento de pequenos proprietários. Isso deve ser feito através de uma análise detalhada, informada e participativa de ferramentas e padrões atuais.

Já a moção 88 endereça a necessidade da geração de uma estratégia de mercado para evitar que os pequenos produtores e comunidades, continuem a perder certificados, tal como tem acontecido no Chile, Brasil e na Bolívia. A ideia é que o FSC se foque em melhorar as suas opções de mercado, obtendo a marca e não apenas para apoiá-los tecnicamente para que possam ser certificados.



Povos indígenas, populações tradicionais e comunidades locais

O FSC define como uma alta prioridade em seu planejamento estratégico o desenvolvimento e a implementação de uma nova abordagem para a certificação povos indígenas comunidades tradicionais florestais. Esta nova abordagem deverá melhorar o impacto do FSC sob os seguintes aspectos: *i.*) a conservação das florestas tropicais e a redução de desmatamento e degradação; e *ii.*) a contribuição para a redução da pobreza e geração de outros benefícios sociais para as populações que dependem dos recursos florestais para sua sobrevivência, necessidades estas, expressas na moção 83.

Já a moção 96 traz a solicitação de um ajuste ao Estatuto de FSC, incluindo claramente a intenção do FSC de respeitar os direitos civis e os direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e comunidades locais.

Uso da Marca

As moções relacionadas ao uso da marca foram as que tiveram votações bastante unânimes quanto da importância de melhorar a atuação do FSC neste tema. A primeira moção relacionada, a moção do “logo”, 29 mostrou a necessidade de redefinir os padrões FSC de marcas, a fim de facilitar o maior uso da marca FSC em produtos conformes e não-conformes e em usos promocionais do produto. Isso inclui tanto a simplificação dos requisitos para uso de marcas e de procedimentos de aprovação, mas exclui alterações nas atuais artes, o que teria um impacto no registro da marca.

Já a moção 36, pede que o FSC busque soluções para dois problemas inter-relacionados dentro do sistema FSC: 1) confusão generalizada do mercado sobre a importante distinção entre empresas certificadas (empresas que possuem a certificação FSC CoC) e produtos certificados pelo FSC, e 2) uma prática enganosa em que alguns Detentores de Certificados (CHs) atraem os futuros compradores de produtos certificados pelo FSC através do uso promocional de destaque de selos FSC e marcas, mas oferecem produtos não-certificados para venda sem deixar claro que les não são certificados pelo FSC.

Alteração de Princípios & Critérios do FSC

Os membros solicitaram as seguintes alterações nos P&C:

- Alteração proposta para P&C (v5), C6.5, em relação às Áreas Representativas de Amostragem:



A Organização deverá identificar e proteger as áreas de amostra representativa de ecossistemas nativos e/ou restaurá-los a condições mais naturais. Onde as superfícies de amostras representativas não existirem ou forem insuficientes, a Organização deverá restaurar uma parte da Unidade de Gerenciamento a condições mais naturais. O tamanho das áreas e as medidas tomadas para a sua proteção ou restauração, inclusive dentro das plantações, devem ser proporcionais ao estado de conservação e ao valor dos ecossistemas ao nível da paisagem, escala, intensidade e risco das atividades de gerenciamento.

- Alteração proposta para P&C (v5), C6.9, em relação à Conversão de Plantações para Outros Usos:

A Organização não deverá converter florestas naturais em plantações, nem as florestas naturais ou plantações em locais diretamente convertidos a partir de floresta natural para o uso da terra não-florestal, exceto quando a conversão:

- a) afeta uma parcela muito limitada da área da Unidade de Gerenciamento, e
- b) for produzir benefícios de conservação limpos, substanciais, adicionais e seguros a longo prazo na Unidade de Gerenciamento, e
- c) não danificar ou ameaçar os Altos Valores de Conservação, nem quaisquer locais ou recursos necessários para manter ou melhorar esses Altos Valores de Conservação.

Explicação (não ser incluída em P&C): “Convertida diretamente das florestas naturais” pretende transmitir que, caso o uso imediatamente anterior de um local de plantação era floresta natural, em seguida, a plantação não poderá ser convertida para usos não-florestais, enquanto que se o local de plantação estava anteriormente em usos não-florestais, então ele pode ser convertido de volta para usos não-florestais

- Alteração proposta para P&C (v5), C9.1, em relação as Definições HCV e Paisagens de Florestas Intactas:

HCV 2 -- Ecossistemas e mosaicos em nível de paisagem. Paisagens de florestas intactas e ecossistemas em nível de paisagem e mosaicos de ecossistemas que são significativos a nível global, regional ou nacional, e que contêm populações viáveis da grande maioria das espécies que ocorrem naturalmente em padrões naturais de distribuição e abundância.

Observação (não ser incluída nos P&C): O FSC irá definir áreas intactas de florestas (IFLs) no Glossário FSC. Atualmente, a Global Forest Watch define IFLs como: um território sob medida global atual da cobertura florestal que contém ecossistemas florestais e não-florestais minimamente influenciadas pela atividade econômica humana, com uma área de pelo menos 500 km² (50.000 ha) e uma largura mínima de 10 km (medida conforme o diâmetro de um círculo que é inteiramente gravado dentro dos limites do território).

Alteração proposta para P&C (v5), C10.6, em relação a Fertilizantes:

A Organização deverá minimizar ou evitar o uso de fertilizantes. Quando os fertilizantes são usados, a Organização deverá demonstrar que a utilização é tão ou mais ecológica e economicamente benéfica quanto ao uso de sistemas silviculturais que não necessitam de fertilizantes, e previne, mitiga e/ou repara os danos aos valores ambientais, incluindo os solos.



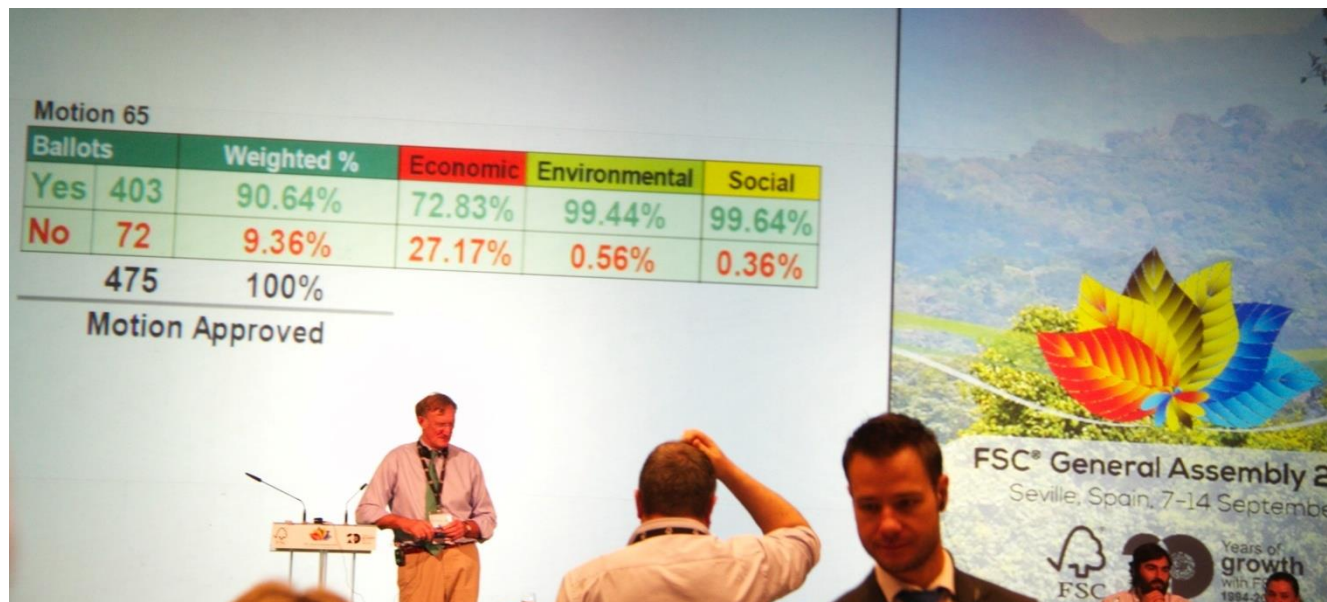
Altos Valores de Conservação / IFL

Para garantir a aplicação do Princípio 9 e a proteção das paisagens florestais intactas (IFL, sigla em inglês) contidas na categoria 2 da definição de altos valores de conservação (HCV) o FSC deverá através de Grupos Desenvolvimento de Padrões (GDP) e Certificadoras (CBs). Onde não existe GDP devem ser desenvolvidos indicadores dentro dos padrões nacionais e/ou normas CBs visando proteger as vastas maiorias de IFLs. Levando-se em conta a escala, intensidade e o risco, bem como respeitando as atividades, os direitos tradicionais e legais de comunidades tradicionais da floresta, este processo será:



- 1) Baseado na melhor informação disponível, informações científicas, ciência peer-reviewed e outras informações;
- 2) Levado em consideração a degradação de IFL em Unidades de Manejo Florestal (UMFs) FSC desde 2000;
- 3) Respeitar o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas, comunidades tradicionais e dependentes das florestas em UMFs afetadas;
- 4) Garantir que os Detentores de Certificados possam implementar medidas de proteção (por exemplo, retirada de terras, áreas legais protegidas, reservas de conservação, *deferrals*, reservas comunitárias, áreas protegidas indígenas, etc.) dentro de núcleos IFL garantindo e assegurando um gerenciamento para a intactilidade em áreas dentro de seu controle;
- 5) Exigir uma avaliação comparativa da viabilidade e eficácia de opções alternativas de uso da terra, em manter e melhorar a intactilidade de IFLs, inclusive em áreas fora de UMFs FSC (nível de paisagem);
- 6) Em circunstâncias limitadas, permitir o desenvolvimento limitado de núcleos IFL se tais operações produzirem benefícios sociais e de conservação claros, substanciais e adicionais no longo prazo;
- 7) Quando aplicável, abordar a necessidade de reduzir as taxas de extração de madeira para refletir qualquer redução no volume de madeira devido à remoção de áreas IFL desde a colheita;
- 8) Priorizar o desenvolvimento de baixo impacto/manejo florestal de pequena escala, produtos florestais não-madeireiros em áreas IFL não alocados e fornecer o primeiro acesso às comunidades locais, levando em consideração a seção iii;
- 9) Promover modelos alternativos para conservação/manejo florestal (por exemplo, serviços ecossistêmicos, etc.) dentro dos IFLs.

Se, no final de 2016 uma norma ainda não for implementada, um indicador padrão que determina a proteção integral de uma área central de cada IFL dentro da UMF será aplicado. Para isso, a área central da IFL será definida como uma área de floresta que compreende pelo menos 80% da paisagem florestal intacta dentro da FMU.

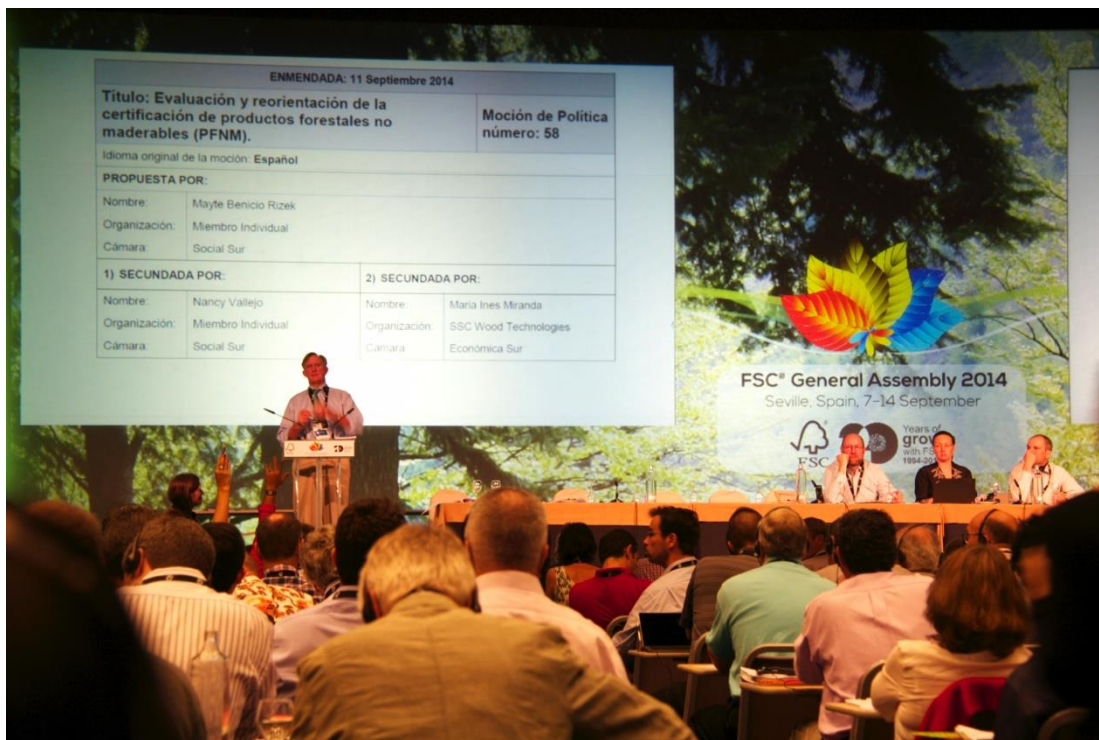


Engajamento

A moção traz proposta para o FSC contratar um especialista em processo de parceria, de investigação e melhores práticas, para analisar e emitir pareceres sobre toda a gama de questões e desafios enfrentados por portadores de certificados e as partes interessadas nos requisitos de engajamento de partes interessadas atualmente. Este trabalho deve resultar em documento claro de orientação aos detentores de certificados e partes interessadas que tratam dessas questões e desafios.

Produtos Florestais Não-Madeireiros

A moção 58 mostra que o FSC deve analisar cuidadosamente os diferentes mecanismos, ferramentas e incentivos de mercado de certificação aplicáveis ao segmento de PFNM, com o objetivo de identificar as razões pelas quais a certificação de PFNM tem tido tão pouco sucesso, para propor soluções, avaliar, implementá-las e relatar o progresso na próxima Assembleia Geral.



Reafirmação do poder da Assembleia

A moção solicita as seguintes alterações no Estatuto.

Adicionar cláusula 28 (nova) e modificar a atual cláusula 28, conforme proposto abaixo, renumerar a atual cláusula 28 e a subsequente.

VINTE E OITO (nova). Decisão e moções aprovadas pelo GA, a Autoridade suprema do FSC, e resoluções da Associação conforme a Cláusula VINTE E TRÊS numeral 11 destes Estatutos, apresentam a mais alta posição na hierarquia de tomada de decisão da organização. Quando uma decisão, movimento ou resolução foi aceito pelos Membros, não poderá ser modificado pelo Conselho de Administração ou Secretariado. A operacionalização de uma moção deve respeitar o seu objetivo e/ou intenção da decisão. É de responsabilidade do Conselho de Administração ter certeza que é implementada em um prazo razoável. O Conselho deverá apresentar periodicamente aos membros sobre a implementação, incluindo o cronograma e o estado de implementação das moções.

Ações e/ou medidas, políticas, guias, regulamentos, memorandos ou documentação similar em contradição com o espírito, objetivos e/ou intenção da decisão, moção ou resolução não poderão ser realizados ou emitidos por qualquer pessoa da organização.



Caso a implementação de uma decisão, moção ou a resolução aparente se mostre impossível ou tenha efeitos colaterais indesejáveis, o Conselho de Administração deverá comunicar esse fato à associação.

VINTE E OITO (antigo 28 - modificado). O Conselho de Administração deverá ter a autoridade legal mais ampla concedida aos procuradores para celebrar todos os contratos, a realização de todos os atos e operações que, por lei ou por estes Estatutos, não são expressamente reservados a uma Assembleia Geral, que é a suprema autoridade da Organização.

Estes podem incluir faculdades para administrar e dirigir os assuntos da Organização, para implementar e coordenar e supervisionar a implementação das decisões, moções e resoluções aprovadas pelos membros, para emitir apólices, guias, regulamentos, memorandos ou documentação semelhante, de acordo com a cláusula vinte e oito.

Restauração e conversão

Os membros solicitam ao FSC um rápido rastreamento da implementação da moção 18 de AG de 2011 para criar um processo equilibrado entre as câmaras, a considerar os desafios e oportunidades relacionados à restauração e conversão. Isso incluirá: a) como lidar com a "brecha de propriedade" em nº 6.10: b) o que uma organização que converteu florestal depois de 1994 precisa fazer para ser capaz de ser certificada, c) como lidar com a conversão de áreas de subsistência das comunidades.

Pedi-se também que o FSC permitisse uma eventual alteração dos P&C fora do período de revisão de cinco anos, a partir devotação eletrônica, de forma a – caso aprovado – os P&Cs possam ser alterados antes da próxima AG.

As moções aprovadas e rejeitas, na íntegra, estão disponíveis no link <http://ga2014.fsc.org/motion-updates>

Foram discutidas em plenárias, porém não aprovadas pelos membros as moções estatutárias 74 e 95 e as moções políticas 3, 14, 16, 30, 31, 35, 46, 47, 70, 72, 77.

São Paulo, 26 de Setembro de 2014.